

Semeando gigantes: Centralização de capitais e diversificação das atividades das empreiteiras brasileiras no final da ditadura civil-militar

Pedro Henrique Pedreira Campos*

Resumo:

O ensaio pretende analisar o processo de concentração das atividades em poucas companhias no setor de construção pesada no período final da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), bem como o processo de diversificação das atuações dessas empresas nesse mesmo período. Lançando mão de um aparato teórico-conceitual marxiano para analisar o processo, entende-se esse duplo movimento como uma centralização de capitais e também como busca de ramos econômicos com maiores taxas de lucro, devido à redução das margens de ganho no setor, ocasionada em função da estabilização e diminuição dos investimentos governamentais em obras públicas. Vê-se em passagens da década de 1970 para a de 1980 a formação de um oligopólio nesse mercado e o princípio de um processo de ramificação das atuações desses grupos empresariais, que está na origem da consolidação de grandes e diversificados conglomerados empresariais, capitaneados atualmente por essas empresas.

Palavras-chave: Empreiteiras. Ditadura civil-militar. Construção pesada.

Em recente entrevista ao periódico ‘Correio da Cidadania’, o engenheiro Ildo Sauer afirmou que um dos principais legados do governo Lula foi a consolidação de grandes conglomerados econômicos nacionais, como o grupo Votorantim, o Odebrecht-Braskem, o Andrade Gutierrez-BrOi, o Camargo Corrêa e sua ramificação na distribuição de energia elétrica, o grupo empresarial de Eike Batista, dentre outros (Sauer, 2010). Tentamos mostrar com esse ensaio que a formação de grupos econômicos complexos liderados por empresas de engenharia e a assunção de um patamar de capital monopolista por essas companhias é anterior à década passada, datando do final da ditadura, apesar de ter se intensificado

* Doutorando em História Social pela UFF e bolsista do CNPq.
End. eletrônico: phpcampos@yahoo.com.br

posteriormente e ter atingido novo porte no período 2003-2010. Essas empresas já atingiram um oligopólio no mercado de obras públicas em fins da década de 1970 e início da de 80 e começaram, já naquele momento, a formar complexos conglomerados empresariais, com atuações para muito além da atividade construtora.

Marx afirmou no capítulo 23 do livro I d'O Capital, acerca da lei geral da acumulação capitalista, que o processo de concentração de capitais, com acumulação de capital por parte das empresas, é mais típico de períodos de expansão econômica, ao passo que a tendência à centralização do capital – com incorporações e fusões de companhias – se nota em época de estagnação e retração das atividades da economia (Marx, 1985: 187-259). O que se nota ao longo da ditadura brasileira em relação ao setor da indústria de construção pesada são três períodos distintos. Em um primeiro momento, de 1964 a 1967, houve uma estabilização e até queda das atividades do setor, com tendência à centralização de capitais, através da fusão de empresas, incorporações e aquisições, o que era incentivado pelas políticas estatais do período. Entre 1968 e 1974/77, vê-se um ciclo virtuoso de crescimento da demanda, com acúmulo de capital constante por parte das empresas do setor, através de compra de máquinas, tratores, equipamentos, instalações etc, além da contratação de uma equipe permanente de engenheiros e especialistas, sem contar os operários temporários empregados para cada obra. Foi um período altamente favorável para as empresas do setor e não se notam processos de falências ou concordatas até 1973, percebendo-se, no entanto, a permanência de alguns casos de incorporação de empresas, fusões e compra, tratando-se de um período marcado tanto pela concentração como pela centralização de capitais. Em um terceiro momento, a partir de meados da década de 70 e, de maneira mais pronunciada, a partir de 1978, é verificada uma estagnação do setor até 1985, havendo alguns anos de retração nas atividades gerais do mercado de obras públicas. Concomitante a esse processo, é verificado um violento ciclo de centralização de capitais, com diversas fusões, falências e concordatas, tornando esse mercado cada vez mais oligopolizado em torno de poucas empresas, marcadamente quatro ou cinco.

Com poucos dados estatísticos acerca do processo de centralização de capitais no setor no início da ditadura, temos, porém, muitas informações sobre o que ocorre no final do regime, quando várias instituições estudavam a conjuntura da construção, como a FGV, as revistas especializadas, grupos de estudos em universidades públicas e as próprias associações e sindicatos dos empreiteiros. Acerca do processo de centralização de capitais nos últimos sete anos do governo civil-militar, a Revista O Empreiteiro trouxe a percentagem do faturamento das primeiras 10 empresas da lista em relação à receita bruta das 100 maiores empreiteiras do país:

Tabela 1 - Faturamento das dez maiores empresas de construção em relação às 100 maiores:

Ano	1978	1979	1980	1982	1983	1984
Porcentagem	43,3%	51,5%	53,2%	59,3%	66%	68,7%

Fonte: Revista O Empreiteiro. Edição de julho de 1985, nº 212.

Apesar de não possuímos os dados do ano de 1981, a tendência clara é de elevação da participação do faturamento das dez maiores empreiteiras do país no cômputo do rendimento das cem maiores, indicando um processo de concentração das atividades do setor em poucas empresas, em um período desfavorável para o mercado de obras públicas.

A tendência é ainda mais forte quando enfocamos a participação das cinco maiores empresas em comparação com as cem primeiras:

Tabela 2 - Faturamento das 5 maiores empresas de construção em relação às 100 maiores:

Ano	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
Porcentagem	31,2%	38,2%	39,3%	45,1%	48,1%	54,9%	56,9%

Fonte: Revista O Empreiteiro. Edição de julho de 1985, nº 212.

As chamadas barrageiras – Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Mendes Júnior, Odebrecht e Cetenco – deixam de ter um rendimento de menos de um terço do total auferido pelas 100 maiores em 1978 para ter uma receita superior à metade alcançada pelas cem empreiteiras do país. Vê-se, portanto, que o processo de centralização não se dá em torno especialmente das dez maiores empresas do país, mas eminentemente de cinco empresas que atuavam na construção de hidrelétricas e, após a saída de Eduardo Celestino Rodrigues da Cetenco, no final de 1979, e da conseqüente decadência da empresa, de maneira pronunciada em torno de apenas quatro empresas.

Enquanto as maiores empresas ganhavam espaço no mercado, as médias e pequenas perdiam. Assim, entre 1978 e 84, as empreiteiras estabelecidas entre a 11ª e a 25ª posição do ranking foram de 36,9 para 14,2% do rendimento das cem maiores empreiteiras do país. As situadas entre a 26ª e a 50ª posição foram de 11,6 para 10,3% da receita e as localizadas entre o 51º lugar e o 100º, de 8,1 para 6,6% dos ganhos. Índices da Fundação Getúlio Vargas, dos estudos universitários e outros feitos por parte das associações indicavam dados semelhantes (O Empreiteiro, 1985, no 212; Informe Sinicon, 1984, no 29).

Boa parte dessa tendência se explica pela fato de que na tomada de decisões acerca do contingenciamento de verbas, as prioridades tomadas na efetivação do orçamento se deram em torno das grandes obras da ditadura, como Itaipu, as usinas de Angra, Tucuruí, Carajás, dentre outras, projetos que contavam com a participação das grandes empresas apenas. Já empreendimentos menores ou que

contavam com a participação de médias empresas, como é o caso da Ferrovia do Aço, foram interrompidos e, alguns deles, nunca concluídos. Essa política reforçou o processo de centralização de capitais que vinha ocorrendo de maneira tímida ao longo do “milagre” econômico. Além disso, o governo concedia mais facilidades para a atuação no exterior para grandes empresas, como a Mendes Júnior, e o processo de ramificação dentre as maiores foi mais vigoroso, como veremos.

Como parte desse processo de centralização de capitais, tivemos diversas fusões, aquisições e incorporações de empresas durante os anos 70 e 80, como se vê no quadro a seguir:

Quadro 3 - Combinações de capital no setor da construção pesada durante a ditadura:

1ª empresa envolvida	2ª empresa envolvida	Empresa final	Data
Azevedo&Travassos	Itaporã	Azevedo&Travassos	1968
Serveng	Civilsan	Serveng-Civilsan	1968
Sobrenco	Sermarso	Sobrenco	1969
Rossi	Servix	Rossi-Servix	1970
Barbosa Mello	Assumpção	Barbosa Mello	Antes de 1972
Rossi-Servix	CCBE	Rossi-Servix-CCBE	1972
Alcindo Vieira	CONVAP	Ancindo CONVAP	1972
CR Almeida	Lysimanco	CR Almeida	antes de 1973
CR Almeida	Susolaport	CR Almeida	antes de 1973
CR Almeida	Aranha S.A.	CR Almeida	antes de 1973
CR Almeida	Noreno do Brasil	CR Almeida	antes de 1973
CR Almeida	Genésio Gouveia	CR Almeida	1973
Ultra	Cepal	Ultratec (UTC)	1974
Brasília	Guaíba	Brasília-Guaíba	1976
Ecisa	Coenge	Ecisa	1977
Odebrecht	CBPO	Odebrecht	1980
Estacon	Coterra	Estacon	antes de 1984
Odebrecht	Tenenge	Odebrecht	1986
Carioca	Christiani-Nielsen	CCNE	1988
Camargo Corrêa	CAVO	Camargo Corrêa	...
Concic	Portuária	Concic	...

Fonte: Revista O Empreiteiro, nos 8, 19, 52, 55, 68, 115, 144, 150, 188 e 203; <http://www.odebrecht.com.br/>; <http://www.camargocorreia.com.br/>; <http://www.cariocaengenharia.com.br/>; CHAVES, Marilena. *A Indústria...* p. 191; Entrevista com o engenheiro Carlos Freire Machado, realizada no dia 18 de maio de 2010.

Esses são processos diversos, de incorporação, compra e fusão, geralmente com uma empresa maior tomando uma menor. Há geralmente a aquisição de ações por parte dos proprietários da menor empresa envolvida, porém o controle da firma é mantido por parte do lado mais forte no período anterior ao negócio. Não se trata de um quadro completo de todas as operações realizadas nesse mercado, sendo mais um levantamento preliminar a partir da leitura da revista *O Empreiteiro* e de outras fontes.

Como se vê, não se nota um acréscimo especial do número de fusões e processos similares a partir de meados da década de 70. O mesmo não se pode dizer dos processos de falências e concordatas:

Quadro 4 - Casos de falência e concordatas de empreiteiros ao longo da ditadura:

Nome da empresa	Processo	Ano
Metropolitana	falência	1975
Ecisa	concordata	1979
Servix	concordata	1982
Servix	concordata	1983
Esusa	falência	1983
Transpavi-Codrasa	concordata	1983

Fonte: Revista *O Empreiteiro*, edições nº 84, 139, 178 e 193.

Novamente, só conseguimos realizar um levantamento preliminar dos casos de falência e concordata de grandes empresas, noticiadas na revista *O Empreiteiro*. Além delas, há os casos da SBU, Quatroni e Rabello, também ocorrido ao longo dos anos 70 e 80, porém em data desconhecida. A Mendes Júnior chegou a pedir concordata e falência nos anos 90 (Attuch, 2003: 95-101).

Essa foi, no entanto, uma tendência muito mais pronunciada entre as pequenas empresas do setor, o que não ganhou notoriedade nos periódicos específicos e na imprensa. Assim, segundo o Sinicon (Sindicato Nacional da Construção Pesada), o país tinha 768 empreiteiras em 1971 e apenas 615 em 1977 (*O Empreiteiro*, 1977, no 118). Na Apeop (Associação Paulista dos Empreiteiros de Obras Públicas), em 1979, 13 empresas paulistas associadas pediram concordata ou falência (*O Empreiteiro*, 1980, no 144). No levantamento feito pela Fundação João Pinheiro para realização do Diagnóstico Nacional da Indústria da Construção (DNIC), realizado junto a 600 empresas, 120 desapareceram ao longo dos 19 meses do estudo, feito entre 1983 e 1984 (Informe Sinicon, 1984, no 29). Nesse período, a tendência à quebra das empresas era comum também na indústria do país de uma forma geral, com 104 falências em 2 meses de 1984, segundo a *Gazeta Mercantil* (Informe Sinicon, 1984, nº 6).

A partir de meados do governo Geisel, com a alteração no quadro das correlações de força no interior do aparelho de Estado, mudanças institucionais na forma de arrecadação e distribuição dos recursos e também no volume de verbas alocadas para os investimentos estatais, houve o incremento da competição dentre as empresas no setor, agora lutando por recursos cada vez mais escassos. A redução do número de concorrências e da quantidade de recursos alocados para as obras públicas acirraram as disputas entre as construtoras. Segundo Marx, essa é uma tendência de períodos recessivos:

Enquanto vai tudo bem, a concorrência, como se verificou na equalização da taxa geral de lucro, age como irmandade prática da classe capitalista, de forma que esta se reparte coletivamente na proporção da grandeza do que cada um empenhou, o despojo coletivo. Quando já não se trata de repartição do lucro, mas do prejuízo, cada um procura diminuir tanto quanto possível seu quantum do mesmo e empurrá-lo ao outro. O prejuízo é inevitável para a classe. Quanto, porém, cada um tem de suportar, até que ponto ele tem que acabar participando dele, torna-se uma questão de poder e de astúcia, transformando-se então a concorrência em uma luta entre irmãos inimigos. A antítese entre o interesse de cada capitalista individual e o da classe capitalista se faz valer então, assim como antes a identidade desses interesses se impunha praticamente mediante a concorrência. (Marx, 1985: 193)

O incremento da concorrência entre as empresas do setor levou a que algumas lançassem mão de margens de lucro cada vez menores nas licitações, de modo a manter as suas atividades e não imobilizar o seu capital fixo, acarretando em uma rápida tendência de queda nas taxas de lucratividade no setor. A redução dos recursos destinados às obras, com os seguidos cortes orçamentários nas estatais e órgãos contratadores, acarretou no final em uma redução das taxas de lucro auferidas pelas empreiteiras.

Alguns empresários criticavam as posturas fratricidas e desesperadas das companhias nas concorrências e outros destacavam a capacidade produtiva assumida pelo setor ao longo dos anos 70, como é o caso do líder do Sinicon, Haroldo Guanabara, que “disse que a indústria da construção brasileira está superdimensionada em relação à capacidade de investimentos do setor público e, por isso, nosso Sindicato incentiva permanentemente a exportação de capitais.” (Informe Sinicon, 1984, no 29)

Mais do que um conflito entre todas as empresas do setor indiscriminadamente, a crise dos anos 80 se apresentou sob a forma de um confronto direto entre pequenas e médias empresas contra as grandes, evidenciando a centralização de capitais no setor e absorção da maior parte do volume dos trabalhos pelas macro-empreiteiras. Segundo Thyrso Camargo Micali, da mediana Vega-Sopave, em 1980,

o mercado pertence a 15 empresas. [...] puxada artificialmente por uma elitização dos editais de concorrência, que vetam o acesso de pequenas e médias empresas às obras consideradas mais importantes.

[...] O faturamento deflacionado da construtora vem diminuindo de um ano para outro e esta tendência deve prevalecer por bom tempo. (O Empreiteiro, 1980, nº 152)

A revista O Empreiteiro era outra porta-voz das pequenas e médias empresas nesse período:

São inúmeras as histórias de firmas que ganharam no preço, mas não levaram. [...] Invariavelmente, neste regime de competição onde há regras não explícitas, quem sai perdendo são as empresas médias e pequenas. E a alegação mais comum é a falta de capacidade financeira ou técnica. Aliás, a tendência é que sejam alijadas **a priori** pelo edital de pré-qualificação. [grifo no original] (O Empreiteiro, 1980, nº 146)

Os sindicatos e associações dos empreiteiros passaram a ser ponta de lança contra as grandes empreiteiras. A Apeop criticava o que considerava as “5 irmãs” e o sindicato da Bahia denunciava o “clube da barragem” (O Empreiteiro, 1978, nos 127 e 129). A justiça passou a ser usada na disputa entre empresas e as formas de concorrência apareceram sob uma nova forma, que ficaria comum a partir de então, a denúncia de escândalos de corrupção de empresas rivais na imprensa e na mídia.

Em 1978, a Apeop criticava um levantamento da FGV que mostrava não ter havido redução do mercado da construção pesada, mas uma estabilidade do mesmo. O pequeno empresário e membro da associação Emilio Siniscalchi, da Cvilia Engenharia, vociferou: “Uma análise da FGV que inclui as primeiras cinco grandes empresas não pode efetivamente apresentar resultados negativos. As primeiras 35 empresas do setor detêm um faturamento tal que geram uma violenta concentração de recursos.” Da mesma forma, o também membro da Apeop e representante da pequena construtora Alavanca, Sérgio Sorrentino afirmou: “A sondagem conjuntural da FGV contém a falha de não mostrar a concentração de trabalho que existe no setor – determinadas empresas detêm a maior parte das obras.” Já o presidente da entidade, João Carlos Almeida Guedes, defendia uma redistribuição dos contratos: “Num mercado carente de obras como o nosso, principalmente com os cortes de orçamentos do governo, está havendo uma divisão injusta do bolo de investimentos para as pequenas e médias [...] o processo é um pouco injusto.” (O Empreiteiro, 1978 e 1980, nos 127 e 150) De forma inusitada, um pequeno empresário nordestino fez uma metáfora em 1977 sobre o perigo de redução de obras de forma igual para grandes e pequenas

empreiteiras, afirmando que isso seria o mesmo que aplicar o mesmo regime alimentar para o então ex-ministro Delfim Netto e o superintendente da Sudene, José Lins de Albuquerque: “O resultado seria um Delfim mais sadio, uma vez que ele precisa mesmo emagrecer, e um José Lins morto de inanição, porque este não tem mais como perder peso.” (O Empreiteiro, 1977, nº 108)

Com todas essas críticas públicas por parte das pequenas e médias empresas, os grandes empreiteiros, como é o comum de suas atitudes, preferiam o silêncio. Em duas ocasiões, entretanto, Sérgio Andrade, jovem diretor da Andrade Gutierrez saiu em defesa das grandes e justificou a concentração dos trabalhos em poucas empresas. Afirmando, no ano de 1978, que não houve recessão, mas uma mudança de prioridade, Andrade negou a existência de protecionismo em relação às grandes empreiteiras: “O que há são condições que o cliente exige em termos de experiência, de capacidade técnica para efetuar grandes obras, obras complexas. Não se pode chamar isso de protecionismo.” (O Empreiteiro, 1978, nº 125)

Dois anos depois, ele novamente deu entrevista à revista O Empreiteiro, dizendo acreditar em Delfim e preferir a inflação alta ao desemprego em massa. Com apenas 35 anos, Andrade entendia então que a “situação vivida pelo país é conjuntural e pode ser superada num prazo de seis meses”. Defendeu a extensão do programa pró-álcool e criticou a taxaço de capital, afirmando que “taxar o capital leva à descapitalização” e que “sem uma diminuição nos níveis de natalidade, é impossível proporcionar melhores condições de saúde, educação e habitação ao homem.” Por fim, negou a existência de concentração no mercado da construção pesada, afirmando que nos anos 70 foi formado no país um mercado para as grandes empreiteiras:

A partir de 1970, se criou obras [sic] de grande porte para as quais se exigem grandes empresas. Uma grande obra hoje, custa em torno de 10 bilhões de cruzeiros. Para participar de uma obra dessas, uma empresa vai precisar de equipamentos num valor aproximado de 2 bilhões de cruzeiros, além de instalações e estoques que totalizam mais de 1 bilhão. Precisa de equipes técnicas altamente especializadas, métodos construtivos próprios, mais capital de giro, mais versatilidade e uma série de outros itens que só grandes empresas podem manter. O que se pode discutir é a filosofia de se criar grandes obras. Mas se ao invés de construir Itaipu, o Brasil construísse 10 usinas menores, não sairia mais caro para o contribuinte e para o consumidor de energia elétrica? (O Empreiteiro, 1980, nº 150)

Sérgio Andrade usa nessa entrevista uma justificativa técnica para legitimar a centralização no mercado de construção pesada, argumentando pelo baixo preço proporcionado, por exemplo, pela energia elétrica gerada em grandes centrais.

Nesse momento, ele acaba por expor um outro setor do empresariado também interessado na política de construção de grandes unidades geradoras de energia elétrica, os consumidores de energia em larga escala.

O que se viu no final da ditadura, de fato, não foi uma redução acentuada do mercado de obras públicas, mas uma estabilização das atividades do setor da construção pesada, com retração em alguns anos. No entanto, isso foi distribuído desigualmente entre as empresas, com a manutenção e até elevação da atividade das quatro principais construtoras e drástica redução para as demais, levando ao acirramento da concorrência entre os dois grupos e aos conflitos abertos na imprensa específica e na mídia em geral. A continuidade dos trabalhos nos grandes projetos de engenharia da ditadura, à revelia da paralisação de outros, reforçou a centralização no setor e engendrou a formação de um oligopólio de quatro empresas que estavam presentes em todas as principais concorrências havidas dali por diante.

Ramificação e diversificação dos investimentos das empresas construtoras:

As empresas de construção brasileiras realizaram um vigoroso e extenso processo de ramificação de suas atividades ao longo da ditadura, deixando de ser empresas especializadas na atuação no mercado de obras públicas para se tornar grandiosos conglomerados econômicos, com diversas frentes de atividades. Apesar de ser um fenômeno comum dentre as empreiteiras no período, ocorrendo nas mais variadas firmas do ramo, trata-se de um movimento mais típico e acentuado dentre as grandes construtoras, que tinham projetos mais ambiciosos para os novos nichos de atividade explorados.

Marx afirma na seção em que aborda a lei tendencial da taxa média de lucro que cada ramo da economia tem a sua taxa de lucro, que depende de condições como a composição orgânica e os períodos de rotação do capital. Essa diferenciação de taxas de lucro entre os diferentes setores econômicos leva à migração de capitais de uma área para outra, saindo de nichos com taxas de lucro menos elevadas para outros com maiores perspectivas de ganho (Marx, 1985: 111-9). Esse fenômeno é verificado no final da ditadura, quando as empresas da indústria da construção pesada migram de seu setor de origem para outros ascendentes na economia, como a mineração e a agropecuária para exportação. Antes disso, no entanto, várias empresas já tinham iniciado um processo mais modesto de diversificação das atividades em áreas diretamente relacionadas à construção, com a atuação em ramos dominados por fornecedores, por exemplo. Assim, é uma característica das formas de ramificação das empreiteiras, no período de crescimento econômico e altas taxas de lucro no setor, a atuação em setores

diretamente análogos à construção pesada, como o controle sobre pedreiras, fábricas de cimento, concretagem, britas, dentre outros, estratégia essa usada para fugir das práticas oligopolistas dos fornecedores de materiais das construtoras.

Em um segundo momento, com a redução das verbas direcionadas para as obras públicas e o conseqüente arrefecimento da concorrência no setor e, por conseguinte, redução das taxas de lucro, a direção da ramificação transcendeu os limites do setor construtor imediato. A tendência a partir de então se tornou a conglomeração, ou melhor, a atividade em ramos paralelos à construção, mas que de alguma forma demandam serviços de empreiteiras, como petroquímica, exploração de petróleo, mineração e agroexportação. Um terceiro momento ocorre no período posterior à ditadura, correspondendo às políticas neoliberais. Nessa conjuntura, as grandes empreiteiras se postularam a ser concessionárias de serviços públicos em processo de privatização, concluindo um processo de conglomeração que as torna poderosos complexos monopolistas que não têm mais como cerne fundamental a atividade da construção. Mesmo nesse terceiro movimento, as áreas procuradas para atuação das empreiteiras se relacionam ao setor de obras, como concessão de rodovias, com as devidas obras de manutenção e conservação; telecomunicações, com os devidos serviços de engenharia para implantação de infra-estrutura etc.

Uma primeira área de ramificação das empresas de construção, que pode ser considerada uma integração vertical, é a do estabelecimento de empresas e atuação na elaboração de materiais ou comércio dos mesmos. Essa era uma estratégia para fugir dos fornecedores, que tentavam se beneficiar dos períodos expansivos no setor de construção, especialmente ao longo do 'milagre'. Assim, a Odebrecht contava no início dos anos 70 com empresas de beneficiamento e comércio de aço, transporte de cimento, fundações, produção de cal e silício, de modo a atender à própria demanda da empresa. Já a mineira Barbosa Mello produzia peças e equipamentos para tratores, atendendo às necessidades da sua frota e também de outras construtoras. No tocante aos materiais de construção, o caso mais delicado era o do cimento. Os produtores do insumo eram acusados pelas associações de empreiteiras de práticas cartelistas, o que fez com que algumas construtoras, em especial as que mais consumiam o material, entrassem no ramo como produtor. Assim, a Servienge tinha uma fábrica de cimento em Montes Claros em 1972 e a Camargo Corrêa tinha um total de 5 usinas de concreto em 1970, abrindo uma fábrica de cimento em 1974, sendo ela a empresa que mais consumia o produto no país. A João Fortes, empresa do ramo da construção leve, também tem fábricas de cimento (O Empreiteiro, nos 34, 52, 75 e 76; O Globo, 12/02/2010).

Outra característica das empresas do setor, principalmente das mais antigas e tradicionais, era a de deter empresas que correspondiam a funções especializa-

das, como o setor de projetos. Emblemáticos dessa tendência era o controle por parte do grupo Servix da projetista Engevix e também o caso da Rabello, que era proprietária da empresa Projectum. Trata-se de uma característica que ao mesmo tempo marca os primórdios da indústria da construção pesada no país, com as empresas *fac totum*, como também o mercado do setor no período recessivo da década de 80, quando a centralização de capitais e a consolidação dos grandes grupos empresariais levaram as grandes empresas a abrigarem fornecedores dentro do seu conglomerado (Ferraz, 1981: 303-14; Engevix).

Uma incursão relacionada à atuação na produção de materiais e cimento era a extensão das atividades industriais da empreiteira. O caso mais emblemático desse processo é o movimento feito pelo grupo Camargo Corrêa, que com a CC Indústria, consolidou um dos maiores complexos industriais do país, com produção de calçados, vestuário e até alumínio, através de uma associação com grupos multinacionais no projeto Carajás. Outras empreiteiras também se arriscavam nesse setor, como a CR Almeida, que tinha empresa de explosivos e o grupo Mendes Júnior, que possuía uma fábrica de caulim, insumo da indústria de papel (O Empreiteiro, 1975, no 93; Informe Sinicon, 1984, n° 18).

A área mais comum de diversificação das atividades, no entanto, corresponde à construção de edifícios urbanos. Sem representar de fato uma ramificação das atividades, esse nicho de atividades era comumente ambicionado por diferentes construtoras, principalmente com os grandes edifícios comerciais dos maiores centros urbanos, cuja complexidade da obra muitas vezes exigia uma empresa de maior porte e capacidade de gestão para sua concretização. No entanto, ao longo da ditadura, com as perspectivas proporcionadas pela política do BNH, várias empresas passaram a ter uma representação específica para explorar o mercado imobiliário. Um exemplo disso é a criação pela Mendes Júnior da subsidiária MJ Edificações, em 1983 (Mendes Júnior).

Outro ramo relacionado ao da construção no qual alguns empreiteiros se aventuraram e que também corresponde a uma forma de integração vertical é a exploração de centros comerciais. Nessa lógica, os empreiteiros passavam a atuar em um ramo que antes pertencia aos seus clientes. Ao invés de vender um *shopping* ou supermercado depois que ele estivesse pronto, ou receber por sua obra, as próprias empresas de construção passaram a explorar as atividades desse centro comercial, o que teve alguns casos emblemáticos. A Ecisa é o maior deles, com a exploração de um *shopping center* em Brasília e de um supermercado no Rio de Janeiro, em Madureira. Já a CR Almeida explorava unidades de hotéis construídas pela própria empresa e a paulista Alfredo Mathias era proprietária do *shopping center* Iguatemi, localizado em São Paulo (O Empreiteiro, nos 68, 114 e 147; Informe Sinicon, 1984, n° 22).

Para além do setor da construção, a atividade mais visada pelas empreiteiras foi o comércio de terras e a agropecuária. Esse setor teve como exemplo mais emblemático de incursão a empresa de Olacyr de Moraes e as suas fazendas do grupo Itamaraty, que eram consideradas o maior empreendimento agropecuário do país. Com os recursos acumulados na construção pesada, o dono da Constran passou a fazer investimentos na produção de gado e de soja na região de Mato Grosso, tornando-se um dos maiores empresários do agronegócio brasileiro, o que lhe rendeu o título de 'rei da soja'. Ele não foi o único, no entanto. A MJ possuía a empresa Florestas Mendes Júnior, voltada para exploração de madeiras. A Andrade Gutierrez especulou com terras na Amazônia quando de sua atuação na construção de estradas na região, revendendo-as ao poder público para fins de colonização e reforma agrária por um preço bem superior ao pago originalmente pela empresa. As maiores empreiteiras do país (CC, AG, NO e MJ) se envolveram no projeto Jarí, liderado por um empresário norte-americano, com perspectivas de produzir arroz e gmelinas para produção de papel no Amapá e no Pará. A Ecisa tinha atividades agropecuárias, assim como a Camargo Corrêa e a Servienge, que era controladora da empresa Agropastoril Litorânea Paraná. Por fim, a Odebrecht explorava fazendas na Bahia, produzindo seringaais, cocos e gado na região. A atuação agropecuária das empreiteiras não se resumia, no entanto, às grandes empresas, sendo um processo mais horizontal, visível dentre as várias empresas engajadas na construção. E o setor ganhou mais forte atuação por parte das empresas de engenharia em fins da década de 70 e início dos 80, a partir da política governamental de incentivo à agroexportação, como forma de contrabalançar os gastos com compra de petróleo na balança comercial do país. Imbuído de diversos incentivos fiscais, os empreiteiros entraram ou reforçaram sua atuação nesse ramo com grande fôlego nesse período (O Empreiteiro, nos 45, 789, 93 e 167; Informe Sinicon, 1984, no 22; Gaspari, 2003: 197-213; Mendonça, 2006: 71-115; Veja n° 697).

Uma área mais restrita e, de certo modo, avessa à construção, hostilizada pela maioria dos empresários do setor, era o ramo bancário e financeiro. Poucas empreiteiras se arriscaram nessa seara e, mesmo dentre as que o faziam, havia desconfiança em relação às casas bancárias. A Camargo Corrêa contou no seu grupo com a empresa Investbanco, uma firma de crédito e financiamento, e com o Banco Geral de Comércio, que veio a ser parcialmente vendido na década de 90, quando o grupo era acionista minoritário da Itaúsa, controlador do banco Itaú e de suas empresas. Olacyr de Moraes tinha associado à Constran o banco Itamaraty, também vendido na década de 90 no contexto de decadência do grupo. Já o grupo Queiroz Galvão é possuidor atualmente do banco BGN, voltado para empréstimos com desconto em folha, recente filão de ganhos do

setor financeiro (O Empreiteiro, n^{os} 34 e 167; Camargo Corrêa; Brandão 2011: 1-21; Queiroz Galvão).

A siderurgia também é outra área de atividade cuja marca da incursão das empreiteiras é a cautela. O caso mais expressivo nesse sentido é o da Siderúrgica Mendes Júnior, em Juiz de Fora, fábrica de aço mineira de grande porte, que tinha suas atividades associadas à da Açominas, também em construção na segunda metade da década de 1970. A Queiroz Galvão possui nos dias atuais três pequenas siderúrgicas no estado do Maranhão voltadas para a exportação (O Empreiteiro, 1975, n^{os} 89 e 93; Queiroz Galvão).

Com a elevação do preço do petróleo nos mercados internacionais e déficits na balança comercial brasileira, os investimentos governamentais foram deslocados de algumas empresas estatais para a Petrobrás, que passou a ser a principal contratadora de obras do governo federal. Algumas poucas empresas conseguiram se adaptar ao novo nicho de atuação, passando a atuar nos mercados de perfuração de poços, produção e montagem de sondas, plataformas, além da construção naval. Tal área exige tecnologia e equipamentos diferenciados e foi explorada por grandes empresas que já tinham um histórico de relações com a estatal, como Odebrecht, Mendes Júnior, Queiroz Galvão, Montreal, Tenenge e Andrade Gutierrez. Cada uma delas, entre 1979 e os primeiros anos dos anos 80, criou uma subsidiária para a área de perfuração de poços ou exploração de petróleo. A CBPO criou ainda a Engepetro, empresa do grupo que trabalhava fazendo obras para a estatal paulista Paulipetro, criada na gestão Paulo Maluf, focada na pesquisa e perfuração em busca de petróleo no território do estado de São Paulo (O Empreiteiro, nos 150 e 165; Informe Sinicon, 1984, n^o 27; Queiroz Galvão; Andrade Gutierrez; Odebrecht).

Relacionada ao setor de petróleo, a petroquímica teve um parque montado com participação do capital estatal, privado nacional e privado estrangeiro, no chamado modelo tripartite. Tornou-se um setor atraente para as empreiteiras nacionais pelos altos lucros proporcionados pelo setor a partir da alta do preço do petróleo e também pelo fato de ter sido uma das primeiras áreas governamentais a sofrer um processo de desestatização, iniciado já no governo Figueiredo. A partir da venda de ações das empresas sob o controle da Petroquisa, subsidiária da Petrobrás para o setor petroquímico, empreiteiras como Camargo Corrêa e Odebrecht fizeram aquisições de parcelas das propriedades desses parques industriais. Com o tempo, o grupo Odebrecht se firmou sobre os outros construtores e grupos empresariais como o líder no controle dos ativos petroquímicos do país, fazendo uma série de aquisições de bens públicos e privados até formar o conglomerado Braskem, em 2004 (Odebrecht, 1993: 140).

Relacionado ao incremento dos investimentos na agropecuária no último governo da ditadura, houve também forte pressão para incrementar a produção e exportação nacional de minerais. Os empreiteiros reforçaram os capitais injetados no setor, participando dos grandes projetos do período, como o Carajás, investindo na produção de bauxita, alumínio e minério de ferro no Pará, com foco na exportação. Da mesma forma, com os incentivos obtidos, ouro e outros metais preciosos foram explorados pelas empreiteiras, que eram as companhias que mais tinham conhecimento e presença física em certas regiões do país, inexplorada por outros grupos empresariais. Assim, várias construtoras estabeleceram projetos de mineração ao lado das rodovias feitas na Amazônia, usando o próprio equipamento utilizado para a abertura da estrada com o objetivo de minerar metais. Montreal e CR Almeida atuaram na exploração de ouro na região amazônica. A Ecisa tinha projetos para o setor e o projeto Carajás teve participação da Camargo Corrêa e da Andrade Gutierrez, que investiu também US\$ 20 milhões na exploração de ouro e prata no Zaire (O Empreiteiro, nos 150 e 165; Informe Sinicon, 1984, nos 21, 22 e 24).

No período final da ditadura, a ramificação das ações das empreiteiras passou a distar cada vez mais das características originais da atividade construtora. Assim, com poucos contratos estabelecidos com o governo para realização de obras públicas, a Vega-Sopave resolveu trabalhar com coleta de lixo e limpeza urbana para prefeituras do estado de São Paulo, a partir de 1980. A exploração de atividades como essas parece ser indicativo da crise vivida pelas pequenas e médias empreiteiras, alijadas do mercado da construção. Não à toa, na década seguinte, a empreiteira paulista foi à falência (O Empreiteiro, 1980, no 152).

Nos anos 90, a diversificação das atividades das empreiteiras se reforçou com as políticas privatizantes, que abriram novos horizontes de possibilidades para as construtoras, com taxas de lucro muito atraentes. O grande negócio da década, a compra e exploração de empresas e serviços públicos, permitiu que as empreiteiras passassem a atuar em áreas como a concessão de rodovias e ganhos com a exploração de pedágios; fornecimento de água e atuação na área de saneamento; concessão de serviços de telecomunicações e telefonia; administração de aterros sanitários e exploração de serviços públicos urbanos diversos. Essas novas searas de atuação do capital da construção envolveram principalmente as maiores empresas do setor, dentre as sobreviventes do fim da ditadura, o que inclui os grupos Norberto Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, Queiroz Galvão, Carioca Engenharia, CR Almeida, OAS, Serveng-Civilsan, dentre outros de menor expressão. As políticas públicas do período permitiram não só a continuidade e sobrevivência dessas empresas como um novo ciclo de altas taxas de lucro, que capitalizaram e reforçaram o porte adquirido por esses grupos, alçados a um nível maior, não mais de complexos econômicos de nível

nacional ou de empreiteiras de nível internacional, mas o de conglomerados de projeção mundial (Campos 2009: 1-11; Campos, 2008: 61-6).

Assim, no final da ditadura, podemos encontrar o início de dois processos que estão na origem da conformação dos conglomerados econômicos caracterizados dentre os mais poderosos da economia brasileira atual. A concentração das atividades do mercado de obras públicas, que marca até hoje o oligopólio no setor, foi pela primeira vez verificado no final da década de 70. Além disso, o caráter atual dos complexos econômico-industriais com atividade minoritária no setor de construção que marca os grupos Odebrecht, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez. Esse processo dos dias de hoje tem raiz na diversificação das atuações dessas empreiteiras no período recessivo da segunda metade da década de 1970 e dos anos 80.

Bibliografia

- <http://www.andradegutierrez.com.br/> acessado em 20 de agosto de 2007.
- <http://www.camargocorrêa.com.br/> acessado em 20 de agosto de 2007.
- <http://www.cariocaengenharia.com.br/> acessado dia 4 de fevereiro de 2009.
- <http://www.engevix.com.br/> acessado em 8 de fevereiro de 2011.
- <http://www.mendesjunior.com.br/> acessado em 20 de agosto de 2007.
- <http://www.odebrecht.com.br/> acessado em 19 de agosto de 2007.
- <http://www.queirozgalvao.com/br/> acessado em 30 de agosto de 2007.
- ATTUCH, Leonardo (2003). *Saddam, Amigo do Brasil: a história secreta da conexão Bagdá*. Rio de Janeiro: Qualitymark.
- BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta [no prelo]. Mundialização financeira e internacionalização do sistema bancário brasileiro. In: GUIMARÃES, Carlos Gabriel; PINHEIRO, Théo Lobarinhas; CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira (org.) *Ensaio de História Econômico-social: séculos XIX e XX*. Niterói: EdUFF.
- CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira (2009). A formação do grande capital brasileiro no setor da indústria de construção: resultados preliminares de um estudo sobre causas e origens. In: *Trabalho Necessário*. Niterói: UFF.
- _____. (2008). Origens da internacionalização das empresas de engenharia brasileiras. *História & Luta de Classes*. n. 6.
- CHAVES, Marilena (1985). *A Indústria de Construção no Brasil: desenvolvimento, estrutura e dinâmica*. Dissertação de mestrado em Economia Industrial. Rio de Janeiro: UFRJ.

- FERRAZ Filho, Galeno Tinoco (1981). *A Transnacionalização da Grande Engenharia Brasileira*. Dissertação de mestrado em Economia. Campinas: Unicamp.
- GASPARI, Elio (2003). *A Ditadura Derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras.
- JORNAL *O Globo*.
- MARX, Karl (1985). *O Capital: crítica à Economia Política*. 2ª ed. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural.
- MENDONÇA, Sônia Regina de (2006). *A classe dominante Agrária: natureza e comportamento, 1964-1990*. Coleção A Questão Agrária no Brasil, organizada por João Pedro Stédile. São Paulo: Expressão Popular.
- ODEBRECHT, Emílio (1993). *A Odebrecht e a privatização: pronunciamento de Emílio Odebrecht no Congresso Nacional*. S/l: s/ed.

Revistas

O Empreiteiro.

Veja.

Informe Sinicon.